

LEGITIMAÇÃO DA PRECARIIDADE DA TAIPA DE MÃO NO BRASIL POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO RURAL, ENTRE OUTROS

Carolina Nascimento Vieira

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – FAUFBA, Salvador, Bahia, Brasil, carolinanvieira@gmail.com

Palavras-chave: taipa de sebe, pau a pique, habitação de interesse social rural, habitus precário.

Resumo

A taipa de mão rústica, de origem africana, amplamente utilizada no Nordeste na construção de moradias sem os devidos cuidados técnicos, é vítima de preconceito no cenário da habitação rural brasileira e vem sofrendo redução de seu uso ao longo dos anos. O objetivo deste artigo é demonstrar as relações existentes entre a queda dos números de domicílios construídos com paredes em taipa de mão não revestida nos últimos anos no Brasil e a legitimação, por políticas públicas de habitação rural de interesse social, do "habitus precário" que paira sobre essa técnica construtiva tradicional estabelecido desde a formação social do país. Para tanto através de pesquisa bibliográfica foram identificados os agentes existentes no cenário social rural brasileiro, especialmente no Nordeste, visando compreender a representatividade da taipa de mão rústica no mesmo e, através do acesso a páginas eletrônicas do Governo Federal ou de instituições específicas, foram investigados o conceito de déficit habitacional utilizado nacionalmente e seus números frente ao objeto de estudo, bem como as diretrizes de dois programas habitacionais de ação no cenário em questão. Os dados dos Censos Demográficos sobre domicílios construídos com paredes em taipa de mão não revestida foram levantados entre 1991 e 2010. Chegou-se à conclusão que a inexpressividade de ações informativas governamentais que valorizem técnicas construtivas locais e a atuação de programas habitacionais no meio rural terminam por fortalecer nos indivíduos uma rejeição à sua tradição construtiva e o desejo de adquirir moradia em materiais convencionais. Entre 1991 e 2010 há queda de aproximadamente 76% do número de domicílios rurais elaborados com paredes em taipa de mão não revestida.

1 INTRODUÇÃO

A taipa de mão é uma das técnicas construtivas que utiliza a terra. Esta se faz presente em diversos países em construções tradicionais e/ou contemporâneas, tendo participado da história de muitos destes. Até os dias atuais ainda abriga parte da população mundial, da qual elevado percentual encontra a única forma de moradia viável nas construções produzidas com terra.

No Brasil a taipa de mão apresenta origens portuguesas e africanas. Em Portugal encontra-se técnica construtiva denominada tabique que utiliza, de forma geral, proteção das paredes por fundação ou andar térreo em pedra, revestimento externo, entre outros cuidados técnicos benéficos à preservação da edificação. A forma de construir originária da África apresenta inúmeras variações, dentre elas algumas mais elaboradas e outras mais rústicas, talvez devido ao contexto efêmero de determinadas edificações.

A tipologia africana rústica, edificada sem os devidos cuidados e apresentando diversos problemas técnicos, possui forte presença no Nordeste, principalmente em ambiente rural, devido ao seu contexto histórico e social. Este fato está relacionado, dentre outras causas, ao desconhecimento do potencial da taipa de mão, ocorrendo uma valorização dos materiais industrializados e convencionais do mercado da construção civil, a exemplo do cimento e blocos cerâmicos, os quais são de difícil acesso físico e financeiro para grande parte desta população, que termina por viver em moradias feitas em materiais naturais locais e conforme tradição construtiva popular, porém de forma indevida.

A desvalorização de técnicas construtivas tradicionais remete aos tempos da formação

social brasileira a princípios do século XIX. No caso da taipa de mão a sua participação na história nacional é dada desde o período colonial e esta compreensão proporciona o destaque do momento histórico seguinte que representou o marco do desejo de distanciamento social da mesma ou o início do preconceito contra esta forma de construir.

Atualmente programas habitacionais rurais de interesse social perpetuam o preconceito contra a taipa de mão através de artifícios como saberes científicos técnicos e médicos incorporados desde a formação social brasileira ao objeto de estudo, fomentando o interesse por materiais industrializados que movimentam o mercado da construção civil, sendo estes mais poluentes que as técnicas construtivas tradicionais que ainda possuem o potencial de gerar edificações de excelente qualidade promovendo a independência na promoção de uma melhoria de vida aos sujeitos com menos recursos.

Ao mesmo tempo, e de maneira contraditória, algumas ações governamentais valorizam esta forma de construir enfatizando suas características de construção mais sustentável. Entretanto, essas ações não demonstram expressividade tendo em vista os números encontrados de redução de uso de paredes em taipa de mão não revestida nos censos demográficos de 1991 e 2010.

2 OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo resgatar brevemente a origem da taipa de mão no Brasil e sua participação na constituição social do país, demonstrando a formação do preconceito que aflora sobre essa técnica construtiva. Desta forma é possível entender como este preconceito, ou entendimento da taipa de mão como "habitus precário", é legitimado até os dias atuais por políticas públicas de habitação de interesse social rural.

Esta explanação pretende relacionar a precarização da taipa de mão à redução de seu uso comprovado através dos números dos censos demográficos de 1991 e 2010, ao mesmo tempo em que deixa clara a contradição de ações governamentais de valorização desta forma de construir, assim como a sua inexpressividade.

3 METODOLOGIA ADOTADA

As origens da taipa de mão no Brasil foram identificadas através de pesquisa bibliográfica sobre construções com terra e construções tradicionais na África, Portugal e Brasil.

Com o objetivo de entender a origem do preconceito que existe sobre esta técnica construtiva foi necessária a retomada de sua participação nos períodos fundamentais da formação social do país, segundo a tese de formação social do Brasil de Souza (2012), fundamentada no Período Colonial e no século XIX. A participação da taipa de mão rústica nos períodos analisados foi investigada através de pesquisa bibliográfica e em fontes históricas.

Por se tratar de pesquisa que aborda questões de comportamento social usou-se como base o conceito de habitus fundamentado em autores como Bourdieu e Jessé de Souza. Através de pesquisa bibliográfica foram identificados os agentes sociais existentes dentro do cenário rural brasileiro, especialmente no Nordeste, identificando onde é dado o uso da taipa de mão no mesmo e sua representatividade.

Uma longa pesquisa em páginas eletrônicas do Governo Federal e de instituições específicas foi necessária para entender como a desclassificação da taipa de mão é dada desde o conceito de déficit habitacional, fazendo parte da formação de seus números de forma contraditória.

Igualmente em páginas oficiais do governo os programas habitacionais de maior destaque no cenário rural no período em estudo, de 2011 a 2014, foram analisados: o Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMV Rural), de maior atuação no ambiente rural da atualidade e o Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas (MHCDCh), que está diretamente ligado ao combate do objeto de estudo.

As referidas páginas de internet englobam as da Fundação João Pinheiro (FJP), a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a do PMCMV Rural, e a do MHCDCh, além de outras específicas sobre o tema.

A comprovação da queda dos números de domicílios elaborados com paredes em taipa de mão não revestida, ou rústica, apresentada nos dois últimos censos (1991, 2010) foi retirada dos dados dos censos demográficos entre 1991 e 2010, últimos disponíveis no período da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Histórico da taipa de mão no Brasil

A taipa de mão constitui uma das técnicas mistas, variante das técnicas construtivas que utilizam a terra como material construtivo, e são caracterizadas por serem elaboradas com estrutura de suporte em materiais naturais fibrosos, como madeiras e varas, e coberta e/ou preenchida com a terra (PROTERRA, 2003).

Ao chegar ao Brasil os portugueses não encontraram exemplares de taipa de mão nas edificações indígenas. Esta passou a ser utilizada no país depois da vinda dos próprios portugueses e africanos, que empregavam tradições construtivas em técnicas mistas em seus países de origem (tabela 1).

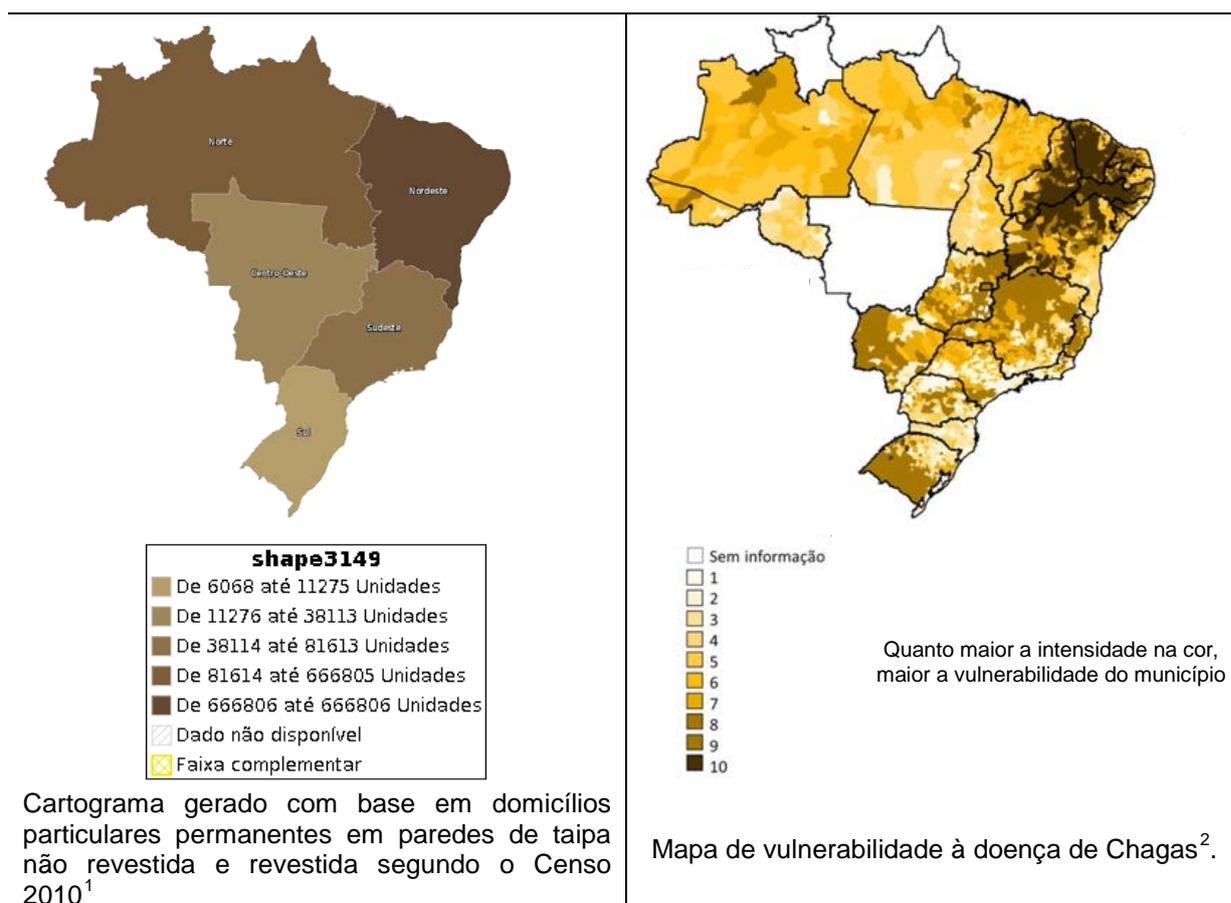
Tabela 1 - Origem da taipa de mão no Brasil

Origem	Uso no país de origem	Exemplo de aplicação no Brasil
Portugal	 <p>Parede exterior em tabique em Alpedrinha, Fundão, Portugal (Fernandes; Correia, 2005, p. 58)</p>	 <p>Casa da Chica da Silva em Diamantina, construída em estrutura autônoma de madeira, com vedações em adobe e taipa de mão (IPHAN, s.d.)</p>
África	 <p>Casa Maconde, etapas de construção. Paredes em taipa de mão. (Weimer, 2014, p. 140)</p>	 <p>Moradia construída em taipa de mão e ampliação sendo construída em mesma técnica construtiva na zona rural de Cardeal da Silva, Bahia (crédito: C. N. Vieira, 2011)</p>

O tabique é uma das principais técnicas construtivas que utiliza a terra em Portugal, além do adobe e da taipa de pilão. Encontrada comumente no norte do país, sobre a forma de acréscimos e, principalmente, sobre o pavimento térreo, na maioria das vezes elaborada em pedra, devido à grande oferta do material na região. Nos dias atuais raramente se constrói em tabique devido, principalmente, ao alto custo da madeira. Elaborada em trama de ripas fixadas em montantes, ambos em madeira de bom acabamento e estruturados em esteios e vigas do mesmo material. A massa plástica de barro empregada na trama contém fibras vegetais. Após a cura do preenchimento, é aplicado reboco e, quando este se encontra seco, recebe pintura. Outras peculiaridades encontradas visam uma melhor preservação da edificação contra intempéries e, principalmente, contra águas de chuvas a exemplo de diversos tipos de revestimento de fachada (Araújo, 2007).

A tipologia mais rústica da taipa de mão, de arquitetura mais simples e objeto deste estudo, apresenta exemplares na arquitetura tradicional africana. Esta origem justifica sua predominância atual no Nordeste do país devido ao seu passado escravocrata e, por consequência, da presença cultura africana. Sua construção sem os devidos cuidados técnicos como sob fundação, revestimento de paredes, beneficiamento da madeira, entre outros, torna as edificações susceptível à ação de intempéries, ao abrigo de insetos e roedores transmissores de doenças, entre outros problemas que terminam por torná-las insalubres e frágeis (tabela 2).

Tabela 2 – Comparação de mapas de número de domicílios em taipa de mão não revestida e vulnerabilidade à doença de Chagas, demonstrando predominância na região Nordeste



¹<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/cartograma/gerador.html?nivt=2&zoom=fe&metodo=3&qtdfaixas=5&cor1=%23b59e6b&cor2=%239c865a&cor3=%238c714a&cor4=%237b5d39&cor5=%23634931&colgeocodigo=D1C&colgeonome=D1N&colvalor=V&colunidade medida=MN&colvariavel=D2N&colperiodo=D3N&urldados=http://api.sidra.ibge.gov.br/values/t/3525/n2/all/v/884/p/2010/c1/1%202/c137/12195%202873/c65/95810/c74/95811/c471/13234/f/u&font=IBGE%20-%20Censo%20Demogr%C3%A1fico>

² <http://www.funasa.gov.br/melhorias-habitacionais-para-o-controle-da-doenca-de-chagas>

Para Souza (2012) há dois momentos decisivos na constituição de poderes que irão orientar as relações sociais brasileiras atuais e contribuir com a formação de uma subcidadania: o período da colonização portuguesa escravagista, sob estratégia de domínio pessoal do senhor de engenho, e o período de modernização do país em relação ao Período Colonial, que para este autor é iniciado com a vinda da família real ao país, sob estratégia de domínio impessoal.

No período colonial o português, agente social dominante, colocou-se como detentor do habitus primário, sendo, diante do contexto da época, o habitus precário correspondente aos costumes dos povos considerados inferiores: indígenas e africanos, entre eles a taipa de mão rústica.

Entende-se como habitus para Bourdieu (2003) o conjunto de disposições adquiridas pelo sujeito em seu ambiente social, através da aprendizagem, implícita ou explícita, ocasionando comportamento incorporado naturalmente e inerente a cada ambiente social. Para Souza (2012), o grande aporte de Bourdieu é a ênfase do comportamento social reproduzindo valores e normas de forma automática, inconsciente e incorporada nas ações, formando sinais sociais os quais geram a base de classificação das pessoas e grupos sociais em relação ao prestígio ou desprezo. Souza (2012), baseado no conceito de habitus de Bourdieu, criou uma classificação que trata dos habitus primário e precário. O habitus primário seria o comportamento do sujeito considerado útil e cidadão pela sociedade, que promove uma noção de dignidade compartilhada e que guia nossa ação e nosso comportamento efetivo no mundo. Já o habitus precário é o limite do primário para baixo, ou melhor, um comportamento não produtivo ou útil em uma sociedade do tipo moderna e competitiva e que não atende à demanda de um reconhecimento social.

Desde o período colonial que a taipa de mão é utilizada pelos africanos e descendentes devido à sua tradição cultural. Apenas há registros de moradias de escravos ou trabalhadores livres a partir do século XVII e, segundo a análise de Azevedo (1990), Franz Post retrata apenas casas de porta e janela, ou de porta e duas janelas com alpendre de meia água na fachada principal, ambas térreas, pequenas, elaboradas em madeira e barro, e cobertas em fibras naturais. A autora confirma que inventários da época evidenciam a existência de moradias de escravos e trabalhadores livres com a mesma tipologia. A palavra senzala é encontrada a partir do século XVIII em inventários da região do recôncavo baiano, descrevendo edificações lineares ou edificações isoladas. A julgar pelos poucos exemplares remanescentes das tipologias descritas subentende-se que eram construídas em materiais locais sem os devidos cuidados técnicos (Azevedo, 1990).

Entretanto o português, segundo Freyre (2006), apresentava certa flexibilidade que lhe permitia a fusão com diversas culturas e o aproveitamento de suas tradições quando lhe era conveniente, ainda que à sombra de uma realidade social de domínio violento e segregante. Em determinadas situações a taipa de mão era usada pelos portugueses e, ainda que em configurações diferentes, mais rústica ou aprimorada. Entre os fatores determinantes para tal escolha pode-se citar: facilidade de matéria-prima local, contato com a civilização europeia, disponibilidade de recursos do proprietário, tradição construtiva da região, entre outros (Vieira, 2017)

Desta forma, nos primórdios da colonização brasileira, diante das dificuldades eminentes, alguns autores, a exemplo de Machado (2003) e Klüppel (2009) relacionam o período ao uso de técnicas construtivas formadas pela combinação de processos medievais lusitanos e técnicas indígenas e negras, de forma simplificada e com o uso de materiais locais usados em sua forma mais rústica. Os materiais construtivos mais "elaborados" eram reservados às edificações religiosas e às fortificações, entre outras consideradas de grande importância.

Ao longo do período colonial nos engenhos, a flexibilidade portuguesa também se materializava. Tanto a casa do Senhor de engenho, quanto a dos escravos podiam ser construídas sob mesma técnica construtiva, entre elas a taipa de mão, e em qualidade de acabamento similar ou distinta, diferenciando o espaço nobre do complexo. De forma geral,

ainda quando construídos com o mesmo material e acabamento, a própria configuração do espaço físico demonstrava a hierarquia social (Vieira, 2017). Na interpretação de Pires e Gomes (1994), os fatores que determinavam a tipologia adotada iam além de questões financeiras relacionadas ao proprietário do engenho, passando pela forma do uso da casa, se eventual ou constante.

O tabique ou técnicas construtivas bastante similares, como a taipa de mão aprimorada, foram constantemente utilizadas no Brasil colonial em diversas regiões, a exemplo de algumas cidades em Minas Gerais, como Diamantina, onde a Casa da Chica da Silva, construída em estrutura autônoma de madeira, com vedações em adobe e taipa de mão ilustra bem essa realidade (IPHAN, s.d). A depender da tradição construtiva local as edificações eram totalmente ou parcialmente assim construídas, como apenas em divisórias internas. Muito possivelmente ocorreram combinações de ambas as tipologias, a rústica e a mais aprimorada, em alguns ou em muitos edifícios do período colonial, gerando um excelente tema de estudos.

No período colonial a taipa de mão permeava os mais distintos ambientes e classes sociais em diferentes configurações, pois ocorre na visão de mundo do português e em seu cotidiano o cruzamento com elementos culturais dos agentes sociais dominados por ele, fazendo surgir uma terceira cultura repleta de influências de povos então consideradas inferiores.

No início do século XIX, com a vinda da família real, o estilo de vida europeu passa a receber extrema valorização, e esses costumes alheios à realidade local se tornam o habitus primário, este é o momento em que expressivamente é dada a distância social em meio físico, tanto topográfico quanto construtivo, da taipa de mão rústica, que se consolida como habitus precário.

Segundo Souza (2012), nesse período a forma de domínio passou gradativamente do poder pessoal dos senhores de engenho para o poder impessoal do estado e de determinadas instituições, através da objetivação do capital gerado por leis, normas, sistemas educacionais e outros mecanismos de dominação opacos aos agentes sociais.

Conforme Vieira (2017), o hábitus primário passa a ser legitimado através do gosto e do conhecimento científico técnico e médico, inerentes ao capitalismo. Através do gosto foram importados os estilos arquitetônicos Neoclássico e Eclético, que geravam a valorização do conhecimento acadêmico e de arquitetos e engenheiros, além da desvalorização da expressão construtiva local e ilusão de pertencimento ao mundo europeu. O gosto, então, dissemina-se na escala arquitetônica em forma de estilos vigentes e na urbana através das "melhorias" e modernização das cidades. Ainda que uma edificação fosse construída em taipa de mão, essa técnica construtiva era "escondida" sobre adornos e revestimentos. Nas cidades as melhorias afastavam gradativamente tudo que remetesse ao passado colonial, abrangendo a taipa de mão.

O uso do conhecimento científico atingiu diretamente a taipa de mão, pois ela passou a existir como técnica construtiva ultrapassada diante das novas tecnologias construtivas trazidas pelos europeus e possuidores do habitus primário. Essa realidade era legitimada através do saber acadêmico, que chega ao final do século XIX no Brasil de forma mais expressiva e disseminada.

A criação de escolas de medicina, leis, normas e políticas públicas baseadas na higiene trouxeram, através do saber médico, um contexto legitimador da precarização da taipa de mão. O cenário demandava novas edificações em materiais construtivos industrializados como os únicos passíveis de gerar a salubridade do ambiente construído. Nas cidades, em uma escala maior, as transformações de adaptação à nova realidade de cidade moderna e salubre importada da Europa, distanciavam cada vez mais técnicas tradicionais dos centros urbanos (Vieira, 2017).

A população com menos recursos, resultante de um processo de libertação recente, não acessava as formas de construir então valorizadas, utilizando na sua maioria técnicas

tradicionais de construção consideradas precárias, entre elas a taipa de mão mais rústica que termina por ocupar as periferias ou locais menos valorizados da zona urbana consolidando o habitus precário.

A nova lógica implantada e internalizada, de forma invisível e inconsciente, acarreta uma tendência da sociedade de negar o conhecimento local, de se distanciar do mesmo, chegando à sua rejeição, já que este representava o atraso social, tecnológico e estético de um tempo passado, adotando um padrão europeu e introduzindo elementos longínquos e, muitas vezes, inadaptáveis à realidade brasileira. Todo esse comportamento termina por fomentar o consumo, muito conveniente para o escoamento da produção industrial europeia.

4.2 Um olhar sobre a taipa de mão rural nos dias atuais

Atualmente a região Nordeste, em sua zona rural, ainda reproduz o modelo escravista de colonização portuguesa de classe dominante sobre classe dominada e precarizada, presente desde sua formação histórica, apresenta um cenário de abandono social e político, o qual perpetua problemas sociais justificados apenas pela lógica da acumulação econômica.

Desde o passado este cenário é marcado pela alta concentração da propriedade da terra em mãos de poucos, perpetuando-se através do monopólio capitalista, voltado, principalmente, ao mercado internacional. Dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam que os grandes estabelecimentos rurais com dimensão igual ou superior a 1.000 ha no país, equivalem a apenas a 0,91% do total de estabelecimentos e ocupam 44,42% da área total do campo brasileiro. Já os estabelecimentos do extremo oposto, que correspondem ao grupo com área inferior a 10 ha, formam 47,87% do total, mas ocupam apenas 2,37% da área, demonstrando a presença da lógica de acumulação capitalista (Freitas; Germani, 2012).

No ambiente rural, a posse da terra constitui a principal moeda de jogo, pois está diretamente relacionada à produção agrícola, ou seja, à sua viabilidade econômica. A condição de vida dos seus agentes, as suas relações sociais e ao seu acesso à cidadania está atrelada à posse de terra de área mínima para sustentabilidade da cultura em questão, ou área do módulo fiscal. Esta condição de concentração de terras mantida historicamente trouxe a extrema desigualdade social, fortemente presente na região, conforme série histórica do índice de Gini para concentração de terras apresentado por Freitas e Germani (2012).

Claramente percebe-se que os agentes sociais que possuem pequenas propriedades, ineficientes produtivamente, e os sem propriedade de terra, constituem a classe dominada historicamente desse cenário. Grande parte desses agentes sociais constroem suas moradias em taipa de mão rústica, única forma acessível de residência, sendo resultado de seus saberes tradicionais e de uso de materiais locais. Devido à fragilidade apresentada por essas edificações graças à falta de cuidados construtivos, estas passam a fazer parte do número do déficit habitacional do país (Fundação João Pinheiro, 2013).

O déficit habitacional entre os anos de 2011 a 2014 atinge 6 milhões de unidades em 2014. Destas, cerca de 14% correspondem ao déficit rural. O Nordeste obteve o primeiro lugar de todas as regiões do país a respeito do déficit habitacional rural, variando entre 68%, 70%, 68% e 68% do total do país nos anos de 2011 a 2014, respectivamente, refletindo o contexto histórico rural que marca a região e justifica a sua carência.

O Centro de Estatísticas e Informações da FJP, que elabora desde 1995 estudo sobre o déficit habitacional e inadequação de domicílios no país, adotado oficialmente pelo Governo Federal, entende, em sua metodologia de coleta de dados, que as necessidades habitacionais englobam dois segmentos distintos: a inadequação de moradias e o déficit habitacional. A inadequação demanda políticas de melhoria de domicílios e não de novas unidades relacionadas apenas ao conceito de déficit habitacional. Os números da carência de reposição de moradias abrangem as habitações precárias formadas por domicílios considerados rústicos, e parte das moradias onde ocorre coabitação familiar, quando de

forma indesejada.

A taipa de mão, que a depender da região também é conhecida como pau a pique ou taipa de sebe, entre outros, está englobada dentro do conceito de domicílios rústicos, ou seja, dentro de habitações precárias, e são formados por edificações sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada. Os domicílios rústicos, por sua vez, são enquadrados sobre a variável "material predominante nas paredes externas". Dentro dessa há uma subcategoria, correspondente ao tipo de paredes externas: taipa não revestida, madeira aproveitada, palha, outro material e sem parede (Fundação João Pinheiro, 2016).

Em resumo, moradias que apresentam paredes em taipa de mão não revestida são computadas para o déficit habitacional e devem ser totalmente substituídas. Contraditoriamente, a FJP considera paredes em taipa de mão revestidas apropriadas para uso, pois não são computadas para o déficit habitacional, reconhecendo que quando bem executada, esta técnica construtiva torna-se adequada, sendo passível de sofrer as melhorias necessárias. Este posicionamento da FJP dá continuidade ao processo de precarização da taipa de mão, iniciado no século XIX, e ao direcionamento de que esta não poderia ser executada por programas habitacionais, e nem apenas o seu revestimento ou melhoria, mesmo que em reboco convencional utilizado no mercado da construção civil. A FJP assume um discurso ambíguo, pois o conceito de inadequação de domicílios utilizado parte do pressuposto de que a implementação moradias é uma forma eficiente de lidar com o déficit habitacional e não, obrigatoriamente, construir mais unidades (Vieira, 2017).

As habitações precárias rurais, formadas também pela taipa de mão rústica, representam mais da metade das habitações precárias de todo o país no período em estudo, variando entre um percentual de 56% a 59%. A região Nordeste apresenta o maior percentual (70%) das habitações precárias do país, seguida da região Norte, com menos de 20%, confirmando os dados mapeados na tabela 2.

4.3 Análise de programas de habitação de interesse social rural

Entre 2011 e 2014 os dois programas habitacionais de maior ação de precarização e combate ao objeto de estudo no meio rural, ou a taipa de mão rústica, foram o Programa Minha Casa Minha Vida Rural (PMCMV Rural) e o Programa de Melhorias Habitacionais para o Controle da Doença de Chagas (MHCDCh). A análise desses programas, trouxe à tona legados dos dois períodos responsáveis pela formação social brasileira que agem como forma de legitimação da precariedade da taipa de mão nos dias atuais.

O PMCMV Rural ocorreu em duas fases, a primeira entre 2009 a junho de 2011 e a segunda entre junho de 2011 a dezembro de 2014, passando a encabeçar a atuação do Governo Federal na provisão habitacional, ambos regulamentados pelo Ministério das Cidades e compreendendo os anteriores Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O PNHR tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis residenciais localizados em área rural do território nacional, por intermédio de operações de repasse de recursos ou de financiamento habitacional. A modalidade reforma, segundo Vieira (2017), não foi muito contratada e foi desativada.

O PMCMV Rural contempla trabalhadores rurais, proprietários e não proprietários de terra, comunidades tradicionais quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e indígenas, além dos agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Estas famílias são classificadas em grupos segundo renda anual e direcionados ao subsídio correspondente, que varia aproximadamente entre \$4200 (subsídio integral) a \$17000 dólares americanos (BRASIL, 2016).

O programa estabelece uma série de regras, através de especificações técnicas que devem ser seguidas, que limitam o direcionamento do subsídio recebido à compra de materiais de construção convencionais do mercado da construção civil, bloqueando desta forma o uso de técnicas construtivas tradicionais como a taipa de mão. Na versão de especificações de 2016, vigente no período da pesquisa, para fechamento de paredes eram permitidas as alvenarias de bloco cerâmico, concreto com espessura mínima de 14cm, ou solução

equivalente e/ou inovadora que comprove desempenho mínimo, conforme a NBR 15.575. Em versão anterior era permitido o uso de madeira para fechamento apenas na região Norte. Aceita-se como tecnologias inovadoras apenas as homologadas pelo Sistema Nacional de Avaliação Técnica (SINAT) através de um DATec, porém não há análise de sistemas construtivos tradicionais como a taipa de mão, sendo sua maioria em base ao cimento e estrutura metálica. As agências financiadoras, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, também consideram a falta de comprovação de desempenho oficiais do governo um risco para seus investimentos, reforçando a inviabilidade do uso de técnicas tradicionais (Vieira, 2017).

Apesar da Portaria 406/2011 indicar que os projetos arquitetônicos devam apresentar compatibilidade com as características regionais, climáticas e culturais da localidade, o programa também bloqueia a participação de mestres e artífices da região já que a execução de obras e serviços devem ser prestadas por intermédio de responsável técnico devidamente registrados em seus órgãos de classe, a exemplo de engenheiros e arquitetos. As especificações igualmente determinam outros itens como dimensão dos cômodos, móveis e eletrodomésticos padronizando a moradia ao modo de vida urbano e não respeitando a pluralidade da vida no campo.

O MHCDCCh, o segundo programa em análise, é resultado das ações da área de atuação de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA destinada ao combate da doença de Chagas em soluções descentralizadas e organizadas a partir dos municípios. O programa abrange famílias de baixa renda, que habitam em regiões onde a Doença de Chagas é endêmica (tabela 2) e cujas residências propiciam a infestação pelo vetor, o barbeiro (*Triatoma infestans*) (Brasil, 2013a). Este programa está especificamente direcionado ao combate à taipa de mão rústica.

As duas medidas de destaque utilizadas pelo programa para o controle da doença de Chagas é a restauração ou reconstrução de habitações cujas condições físicas favorecem a colonização do inseto hematófago triatomíneo (BRASIL, 2017a). A restauração nada mais é do que a reforma do domicílio, melhorando as condições da moradia por substituição de determinadas partes, recuperação ou melhorias externas, a exemplo de financiamento de reboco e pintura de paredes, fachadas portas e janelas, substituição de paredes de alvenaria, adobe ou tábuas, entre outros, exclusivamente por alvenaria de tijolos ou blocos cerâmicos. Diante da impossibilidade da restauração, a reconstrução total é adotada após aprovação de laudo técnico (Brasil, 2013b). Existe uma disparidade entre os números de domicílios que sofreram reforma e os que foram totalmente reconstruídos. No Estado da Bahia, a título de exemplo e segundo informações da própria FUNASA, foram construídas 3.851 unidades e apenas reformadas 75 (Vieira, 2017).

A reconstrução possui regras a serem seguidas que determinam previamente quais cômodos a moradia deverá apresentar, seguindo modelos de projetos disponibilizados pelo programa. A FUNASA salienta, ambigualmente, que as propostas não pretendem padronizar projetos, mas oferecer subsídios e sugestões, entretanto qualquer alteração deve ser aprovada pelo corpo técnico da Fundação (BRASIL, 2017a).

Em cada modelo de projeto consta um pacote de documentos tais como especificações técnicas e planilha orçamentária, entre outros, que estabelecem o uso exclusivo de matérias convencionais do mercado da construção civil (BRASIL, 2017a). Na planilha orçamentária que determina os materiais e serviços que podem ser utilizados, no item referente a paredes e painéis encontra-se, a título de preenchimento, apenas o item alvenaria em bloco cerâmico furado, assentados com argamassa 1:2:8, juntas de 12 mm (BRASIL, 2017b). O documento de especificações técnicas ratifica essa determinação, além de impor o atendimento às normas técnicas específicas, incluindo os referentes à alvenaria de bloco e de vincular o projeto e sua execução a responsável técnico devidamente registrados em seus órgãos de classe (BRASIL, 2013a), excluindo a possibilidade do uso de técnicas tradicionais que utilizam a terra e da participação de mestres e artífices no processo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no cenário da habitação popular rural a taipa de mão rústica e de origem africana ainda carrega o estigma da pobreza formado no passado colonial e, principalmente, a princípios do século XIX.

Atualmente a herança da precarização da taipa de mão foi localizada intrínseca à política dos programas de habitação de interesse social rural analisados. É retomado o conhecimento científico técnico construtivo e o médico como fundamentação para a referida precarização.

Em ambos programas habitacionais regras atreladas ao conhecimento científico técnico construtivo foram criadas como garantia de qualidade das edificações fornecidas a exemplo de documentos de especificações mínimas, exigência de atendimento a normas técnicas e a programas de qualidade oficiais do governo, vinculação do projeto e obra a responsáveis técnicos devidamente registrados em seus órgãos de classe, além da padronização de projetos. Estas regras culminam no uso exclusivo de materiais construtivos convencionais e industrializados fomentando os negócios do setor da construção civil e levando ao afastamento de saberes construtivos tradicionais do processo, a exemplo da técnica construtiva objeto de estudo, que possui grande potencial de fornecer edificações de excelente qualidade construtiva e adequadas às peculiaridades locais.

Os programas demonstram, contraditoriamente, respeitar as tradições locais direcionadas à arquitetura em suas diretrizes. Entretanto, a pregada compatibilidade com as características regionais, climáticas e culturais da localidade se mostra como justificativa necessária à aceitação desses em dias de maiores indagações sociais e ambientais.

Especialmente no programa MHCDCh, a taipa de mão é acusada de responsável pela propagação da doença de Chagas com fundamentação em conhecimentos científicos médicos. O governo afirma o contrário em materiais informativos (Brasil, 2010; 2013a). O contágio da doença é de alta complexidade, pois pode ocorrer a reinfestação dos vetores transmissores, ou barbeiros, por diversos reservatórios. Fica claro que a melhoria habitacional não necessariamente é a única solução para reduzir os níveis de transmissão. O alojamento do barbeiro também pode ser dado em diversos tipos de ambientes, tanto interno, quanto externo à moradia, em frestas ou abrigos de qualquer material, como em paredes de bloco, por exemplo, e não apenas em paredes de taipa de mão.

Os dados expostos nos mapas da tabela 2, que demonstram a maior vulnerabilidade da doença de Chagas na região Nordeste, coincidem com os dados do IBGE sobre número de domicílios em paredes de taipa, não revestida e revestida, na região. Estes dados funcionam como excelente justificativa para a ação de programas habitacionais baseados na "meia" verdade da insalubridade da parede em taipa de mão, favorecendo a propagação da doença de Chagas.

Os dois programas estão explicitamente ligados ao Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) como provedores de movimentação econômica no país. O PAC utiliza o slogan de "promoção de acesso à moradia digna", que foi um processo de organização nacional, com lançamento em 2008 e apoio do empresariado da construção civil, que deixam a entender que uma moradia digna é a elaborada em materiais de construção convencionais, passando a ideia de que as técnicas tradicionais resultam em edificações "indignas" (Vieira, 2017).

O acúmulo de capital visado pelo empresariado seria impossível de ser alcançado com o uso de técnicas tradicionais e artesanais como a taipa de mão, que utilizam materiais locais e não sistemas construtivos que atendem a uma grande escala e a números expressivos de UH em pouco tempo, culminando no alto consumo de materiais industrializados comuns ao mercado. Contudo, esses além de inacessíveis para muitos, consomem mais energia em sua fabricação, são mais poluentes e menos recicláveis que a terra, agravando os problemas relacionados ao desequilíbrio ambiental e à escassez de recursos para as futuras gerações.

Entretanto, mesmo com ações de programas habitacionais de produção em larga escala, a exemplo do MCMV, o direcionamento desses à zona rural é baixa. Segundo Carvalho (2015), em ambas as fases do PMCMV menos de 10% foram destinadas ao PMCMV Rural. No ano de conclusão da segunda fase do PMCMV o total de unidades contratadas no PMCMV Rural supriu em torno de 22% do déficit habitacional rural de 2014 (Vieira, 2017).

Conforme os dados do IBGE, em 2010 existiam ainda 556.252 unidades domiciliares em taipa não revestida na zona rural do país, demonstrando que os programas governamentais não atendem a esta demanda, deixando grande parte desses moradores na condição de permanência de espera da ajuda do Estado, o qual deveria promover a liberdade desses agentes sociais como atores principais de suas condições de vida.

Ainda assim, entre 1991 e 2010, há queda de aproximadamente 76% do número de domicílios rurais elaborados com paredes em taipa de mão não revestida. A redução apenas na zona rural também gira em torno de 76%. No Nordeste, neste mesmo período, em 1991 o percentual de domicílios em taipa não revestida em relação ao total de domicílios da sua zona rural era de 28% e em 2010 esse baixou para 7%.

A redução dos domicílios em taipa revestida e não revestida reflete o estigma da pobreza e a precarização que esta forma de construir assumiu no Brasil ao longo da história, levando a maioria dos agentes sociais dominados do cenário rural ao desejo de distanciamento do objeto de estudo. Esta precarização é retomada através de ações de programas e campanhas governamentais como, por exemplo, os dois programas analisados neste trabalho, o PMCMV e o MHCDC que, direta ou indiretamente, combatem esta forma de construir.

Contraditoriamente, o mesmo governo que precariza a taipa de mão, fez o uso dessa técnica construtiva em algumas ações ao longo da história. O projeto Cajueiro Seco, de iniciativa pública e desenvolvido no início dos anos 1960 em Pernambuco, foi concebido para abrigar uma população deslocada do seu local de instalação original no entorno dos Montes e da Igreja dos Guararapes, patrimônio histórico nacional. No novo local, foi proposto um plano urbanístico para a implantação de moradias construídas sob o conceito da taipa de mão pré-fabricada baseada no cooperativismo dos futuros moradores (Souza, 2010). Na década de 1980, diante da problemática da crise ambiental decorrente do avanço da era industrial, o governo brasileiro resgata o tema da taipa de mão. O Conjunto Casa Carajás, no município de Carajás, no Pará, e a escola na zona rural de Olhos D'água, em Sobradinho, Brasília resultaram em uma publicação de apoio e incentivo a elaboração de construções em painéis pré-fabricados de taipa de mão, a "Taipa em painéis modulados" (Mello; Silva; Rocha, 1985). Nas cidades de João Câmara e Poço Branco, Rio Grande do Norte, foram construídas casas financiadas pela Caixa Econômica Federal (CEF) com a mesma técnica construtiva. Nesse período, o Centro de Estudos em Pesquisas Urbanas (CPU), do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), publica uma cartilha sobre a "Taipa - Pau-a-pique" (Lopes, 1998).

No início da década de 2000, o projeto Casa Eco-Protótipo de Vila Ecológica, na Reserva Florestal Adolpho Ducke, no Amazonas, foi desenvolvido pelo Governo Federal dentro do Programa de Tecnologia de Habitação (Habitaré). A edificação utilizou em sua construção varas oriundas de um plano de cultivo de bambu em painéis de taipa pré-fabricados (Sárbeiro, 2008). O referido programa foi fundado em 1995 é relacionado com o desenvolvimento do conhecimento das ciências tecnológicas relacionadas com as questões construtivas do setor habitacional brasileiro, com destaque para a utilização de materiais construtivos alternativos com baixo impacto ambiental.

A cartilha denominada "Curso de bioconstrução" foi produzida também pelo Governo Federal em 2008, no Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental do Turismo (Proecotur) e no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. A cartilha visava fomentar o uso de técnicas construtivas de baixo impacto ambiental, aproveitando os conhecimentos e saberes gerados pelas próprias comunidades envolvidas para a construção de edificações

turísticas. A cartilha engloba instruções sobre técnicas construtivas com terra, entre elas está a taipa de mão (BRASIL, 2008).

O uso da taipa de mão pelo governo perpassa diferentes momentos, sempre como movimento marginal, com um peso de solução alternativa e não adotada efetivamente pelo Estado, o qual sempre priorizou o apoio à construção convencional em materiais industrializados e produção em série.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Araújo, G. B. (2007). Recomendações para melhoria tecnológica da vedação vertical em técnica mista em habitação de interesse social: um estudo de caso no bairro do Alegre em São Sebastião do Passé. 2007. 2005f. Dissertação de mestrado. Salvador, Brasil: Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia

Azevedo, E. B. de. (1990). Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial. São Paulo: Nobel.

Bourdieu, P. (2003). Questões de sociologia. Lisboa: Fim de Século – Edições, Sociedade Unipessoal.

Brasil (2008). Ministério do Meio Ambiente. Curso de bioconstrução. Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_proecotur/_publicacao/140_publicacao15012009110921.pdf>.

Brasil. (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. Brasília. (Textos Básicos de Saúde, B)

Brasil. (2013a). Fundação Nacional de Saúde. Elaboração de projeto de melhoria habitacional para o controle da doença de Chagas orientações técnicas. Brasília. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/melhoria_habitacional_chagas.pdf>

Brasil. (2013b). Fundação Nacional de Saúde. Especificações técnicas para a construção de melhorias habitacionais para o controle da doença de chagas. Brasília. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/modelo-de-projeto-basico-habitacao-de-1-quarto>>

Brasil. (2016). Ministério das Cidades. Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. p. 1-9. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/cartilha_pnhr_2.pdf>

Brasil. (2017a). Fundação Nacional de Saúde. Melhorias habitacional para controle da doença de Chagas. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/web/guest/melhorias-habitacionais-para-o-controle-da-doenca-de-chagas?inheritRedirect=true>>

Brasil. (2017b). Fundação Nacional de Saúde. MHCDCh - Modelo de Projeto Básico - Habitação de 4 Quartos. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/modelo-de-projeto-basico-habitacao-de-4-quartos>>

Carvalho, C. S. A. (2015). Minha casa minha vida para iniciantes. In: Carvalho, C. S. A.; Shimbo, L. Z.; Rufino, M. B. C. (Org.). Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha casa Minha Vida em seis Estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital. p. 11 a 28.

PROTERRA. Proyecto XIV.6 (2003). Técnica mixta de construcción con tierra. Salvador: Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnología para el Desarrollo CYTED

Fernandes, M.; Correia, M. (Coord.) (2005). Arquitetura de terra em Portugal. Lisboa: Argumentum.

Freitas, H. I. F.; Germani, G. I. (2012) O desenvolvimento territorial rural em questão. Revista Mercator, v. 11, n. 25, p. 19 - 33, 2012. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_freitasgermani_desenvolvimentoterritorialruralemquestao.pdf>

Freyre, G. (2006). Casa-grande & senzala. São Paulo: Global.

Fundação João Pinheiro (2013). Déficit habitacional do Brasil. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servicos/1/2742-deficit-habitacional-no-brasil-3>>

Fundação João Pinheiro (2016). Déficit habitacional no Brasil 2013-2014. Belo Horizonte. Disponível em: < <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. (s.d). Escritório técnico em Diamantina – casa da Chica da Silva. c 2014b. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1278>>

Klüppel, G. P. (2009). A casa e o clima: (trans) formações da arquitetura habitacional no Brasil (século XVII - século XIX). Tese de doutorado. Salvador, Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia

Lopes, W. G. R. (1998). Taipa de mão no Brasil: levantamento e análise de construções. Dissertação de mestrado. São Carlos, Brasil: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo

Machado, L. G. (2003). Arquitetura e artes plásticas. Em: Holanda, S. B. História geral da civilização brasileira. A época colonial. Tomo 1; v.2 p,121-137.

Mello, S. S. de; Silva, B. A. da; Rocha, R. B. (1985). Taipa em painéis modulados. Brasília: CEDATE.

Pires, F. T. F.; Gomes, G. (1994). Antigos engenhos de açúcar no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Sáribeiro, M. e R. (2008). Projeto CasaEco: cartilha da obra da vila ecológica. Manaus, AM: FINEP: HABITARE. Disponível em:< <http://www.habitare.org.br/pdf/relatorios/121.pdf>>

Souza, D. B. I. de. (2010). Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-1964). 2010. Dissertação de mestrado. São Paulo, Brasil: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo

Souza, J. (2012). A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG. (Humanitas)

Vieira, C. V. (2017). Habitus e habitação: a precarização ideológica da taipa de sebe no Brasil. Tese de doutorado. Salvador, Brasil: Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia

Weimer, G. (2014). Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura. Porto Alegre: ED. PUCRS.

AUTORA

Carolina Nascimento Vieira, doutora em Ciência e Tecnologia da Conservação e do Restauro (2017) pela Universidade Federal da Bahia, meste em Architectura, Energia i Medi Ambient (2009) pela Universitat Politècnica de Catalunya, especialização em Architectura i Sostenibilitat (2007) pela Fundació Politècnica de Catalunya e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (1999). Atualmente é Professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA).